

Comissão do SLU apurará denúncias

O governador José Aparecido de Oliveira assinou o decreto de prorrogação por 15 dias da Sindicância no Serviço de Limpeza Urbana. E recomendou, esta manhã, que a Secretaria de Comunicação Social lhe mandasse o registro das notas taquigráficas da reunião de 06 de março, em que ele fala sobre as denúncias dos garis. Pede a transcrição na ata da próxima reunião, pois deseja esclarecimentos completos sobre as irregularidades apontadas em encontro no Palácio do Buriti.

No dia seguinte ao encontro, o governador reuniu-se com membros do Secretariado e declarou:

— A reunião de hoje é para comunicar que, como anunciei ontem, recebi na parte da manhã alguns representantes dos garis que foram trazidos ao Palácio pelo senador Pompeu de Souza, acompanhado dos deputados Sigmaringa Seixas, Geraldo Campos e Augusto de Carvalho. Eram oito homens do SLU, gente profundamente autêntica na sua linguagem e no seu comportamento. Repeti o que já tinha dito a eles: as manifestações de intolerância de grupos políticos organizados levaram a essa situação. E que eu não poderia acrescentar nada à proposta do dia 26 de fevereiro. Do ponto de vista econômico, a proposta era aquela, sem nenhuma alteração. Quanto às conquistas que eles pretendiam, no Plano de Cargos e Salários, seriam examinadas depois da volta ao trabalho; depois de disparado o gatilho, após a decretação do novo salário mínimo. Foi uma conversa de grande conteúdo humano e que me deixou forte impressão de natureza moral. Fizaram uma série de denúncias com relação ao SLU. Ainda agora, entreguei todas elas ao chefe do Gabinete Civil. Tudo que anotei ao longo da conversa. Eram apenas oito e denunciaram numerosos fatos. Participaram alguns garis de serviços em chácara particular defronte ao MSPW, durante uma semana. Outros serviços na quadra 12 do 1º conjunto do Lago Norte, conjunto 1. Problemas em Sobradinho onde um funcionário ocupa um prédio do SLU, que estava desativado. Problema no Gama com um funcionário chamado Ludovico. Uma série de problemas. Uma chácara em Brazlândia, de propriedade do Sr. França, que trabalhou na SLU, em Taguatinga, e que é acusado de levar pessoal para trabalhar no imóvel dele. Tudo isso escapou até aqui ao próprio Governo do Distrito Federal. Vou determinar que os levantamentos sejam feitos. Anunciei aos servidores o propósito de manter com eles permanente comunicação, até para o exercício da fiscaliza-

ção no SLU. Disse-lhes que, na realidade, somos administradores de interesses gerais, interesses públicos e, por isso mesmo, não há porque eles silenciarem denúncias que deviam já ter sido feitas ao GDF. Lamento que só agora, por ocasião de uma greve cujo objetivo é antes de tudo uma revisão salarial com ganhos econômicos, esses fatos (de que eles já deveriam ter dado conhecimento ao governador) pudessem chegar ao Palácio do Buriti.

A Secretaria de Comunicação Social está fazendo o relato oficial do encontro, através da seguinte nota: "O Governador recebeu na manhã de hoje, em demorada audiência, uma Comissão do SLU que veio tratar da greve da limpeza urbana. Eles estavam acompanhados do senador Pompeu de Souza, dos deputados Federais Geraldo Campos, Sigmaringa Seixas e Augusto Carvalho e do suplente de deputado Marco Antonio Campanella. A comissão se compunha dos seguintes servidores: Valdeci Neves de Jesus, com nove anos de serviço; Antonio Oliveira Magalhães, com um ano; Vicente de Paula Costa, dez anos, exercendo a função de motorista; José Francisco da Silva, 11 anos; José Lúcio Lopes, um ano; Manoel Pinheiro, três anos; Angelo Alves de Souza, 11 anos e José Lázaro da Silva, 10 anos. O governador mostrou-lhes a proposta salarial encaminhada pelo SLU, dia 26 de fevereiro, da qual a grande maioria dos garis não tomou conhecimento e para a qual o governo não teve resposta. A minoria radical decretou a greve ilegal. Pela proposta, o salário dos garis iniciantes, que totalizava 1.646 cruzados mensais, passa a partir de 1º de março a 2.614 cruzados. Computados o transporte e a alimentação, o total chega a 3.394 cruzados. Por outro lado, o governador afirmou que vai enviar ainda este mês um plano de cargos e salários para o Conselho de Política de Pessoal do GDF. O objetivo é corrigir distorções salariais, assegurando melhor remuneração aos funcionários mais antigos e aos que exercem cargos de maior responsabilidade. Nesse plano, que é antiga reivindicação da categoria, trabalhadores da limpeza urbana terão também oportunidade de progresso na vida profissional. Os servidores do SLU ficaram de levar à Assembleia de hoje a palavra do governo, que mantém o firme compromisso do diálogo democrático com os garis, sem a espúria presença dos interesses políticos da minoria radical". Brasília, 14 de abril de 1987. Osvaldo Peralva — Secretário de Comunicação Social.